



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Ofício nº 036/2017 - CM

Votorantim, 20 de junho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

CONSIDERANDO que no dia 11 de agosto de 2014 houve a publicação da Lei Federal nº 13022/2014, denominada o Estatuto das Guardas Municipais, que regulamentou o Art. 144, §8º da Constituição Federal de 1988, especificando as subjetivas competências deste parágrafo, além de padronizar a atuação, estruturação e demais providências a todas as Guardas Municipais do Brasil;

CONSIDERANDO que a Guarda Civil Municipal de Votorantim foi instituída, pelo seu Estatuto, através da Lei Municipal nº 2171/2010, antes da publicação da Lei Federal supra, sendo necessário a sua adequação, atualização e padronização com as demais Guardas Cíveis Municipais de outros municípios;

CONSIDERANDO que a data limite para esta adequação foi expirada em 11 de agosto de 2016, violando o Art. 22 da Lei Federal nº 13022/2014, sendo urgente a sua alteração;

CONSIDERANDO que a Guarda Civil Municipal de Votorantim necessita, em caráter de urgência, a realização de um novo Concurso Público para a contratação de novos integrantes, porém, há a necessidade de alteração da legislação municipal, tendo em vista a legislação federal, para novas contratações, em razão da criação e alteração de cargos inexistentes no município de Votorantim, necessários para a padronização e manutenção da disciplina e hierarquia que são os pilares essenciais para o êxito da corporação;

CONSIDERANDO que a Guarda Civil Municipal além das suas atividades funcionais também é um órgão gerador de receita que ocorre através das fiscalizações que realiza, tendo em vista o seu poder de Polícia Administrativa;

CONSIDERANDO que o Projeto que se encaminha pauta-se pela eficiência, pois os vinte e oito (28) cargos comissionados/designados previstos exclusivamente para os integrantes da corporação serão reduzidos para somente dois (2), extinguindo vinte e seis (26) cargos comissionados/designados, prezando pela economia pública,

Encaminhamos o Projeto de Lei Complementar nº 002/2017, que altera a Lei Municipal nº 2171/2010 e demais providências, conforme justificativas dos principais artigos:



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
Estado de São Paulo

Justificativa art. 1º ao 5º: Estes são princípios e competências regulamentadas pela Lei Federal nº 13022/2014, art. 1º ao 5º e são norteadores para um correto direcionamento na atuação da GCM e, principalmente ratificar o amparo legal da Lei Federal na legislação municipal.

Justificativa art. 6º ao 7º: Estes são os fatores primordiais para uma capacitação pautada pela excelência na formação do Guarda Civil Municipal que deverá ser padronizada em âmbito nacional e de acordo com suas atribuições funcionais, conforme regulamentado pelo art. 11 ao 12 da Lei Federal nº 13022/2014. Possibilita ainda, promover parcerias com outros municípios na formação dos servidores da GCM, diminuindo significativamente os custos para a administração municipal.

Justificativa art. 8º ao 11: Conforme Lei Federal nº 13022/2014, art. 13 ao 14, é imprescindível o controle da corporação, em razão de seus serviços prestados aos munícipes, sendo exercidos por Corregedoria, controle interno, e Ouvidoria, controle externo, ambas PERMANENTES e AUTÔNOMAS. A GCM de Votorantim já possui a regulamentação da Corregedoria, instituída pelo Decreto Municipal nº 4692/2014. Já a Ouvidoria, obrigatória pela Lei Federal, não foi criada, porém há a necessidade da constituição destas por inclusão em uma Lei Municipal, pois permitirá maior amparo jurídico em seu funcionamento. Além das disposições legais, a Corregedoria e a Ouvidoria para a corporação são necessárias para celebração de Convênios com órgãos Federais e Estaduais, tais qual o Ministério da Justiça, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), Departamento de Polícia Federal (DPF), Sistema Integrado Nacional de Convênio (SINCOV), Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG), entre outros, a fim de aquisição de verbas, materiais e serviços. Ou seja, mesmo não sendo obrigatória, na situação atual da corporação (as condições obrigatórias são; efetivo maior que 50 integrantes, ou independente do número do efetivo, ser armada) a regulamentação da Corregedoria e da Ouvidoria é importante para realização de diversos atos administrativos essenciais para corporação. Deste modo, verifica-se que a constituição legal de uma Corregedoria é item obrigatório e necessário para as celebrações de convênios administrativos com os demais Entes Federativos.

Justificativa do art. 12: Transfere-se o órgão da Guarda Civil Municipal de Votorantim à Secretaria de Governo, subordinando-o ao chefe do Poder Executivo Municipal, otimizando-se, assim, a comunicação, celeridade e eficiência nas informações e serviços prestados pela Guarda Civil Municipal de Votorantim, além de cumprir a determinação do parágrafo único, art. 6º, da Lei Federal nº 13022/2014.

Justificativa do art. 13 ao 31: Criar um plano de cargos e salários, em que ocorra a progressão funcional vertical por acesso em carreira única, com cargos de acordo com as demais Guardas Cíveis Municipais de outras cidades brasileiras e conforme orientação do art. 9º da Lei Federal nº 13022/2014, possibilita uma acentuada hierarquia na GCM, fato este que é extremamente importante nas instituições cuja a disciplina entre os integrantes é um dos pilares para a excelência do serviço prestado aos munícipes. Ressalta-se, também, que haverá a diminuição de gastos públicos, pois haverá menor número de cargos designados, além, a possibilidade de progredir na carreira da GCM contribuirá para que os números de exonerações, a pedido, sejam bem menores quando comparados ao quadro inicial desta instituição, tendo em vista a expectativa de progressão profissional. Considerando que o cargo de Inspetor da GCM é o cargo



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
Estado de São Paulo

estatutário de maior hierarquia, comparando-se a Oficialato, quando analisados os quadros de carreira nas Guardas Civis Municipais em todo o Brasil, criou-se os cargos estatutários subordinados da seguinte forma e em ordem crescente: Guarda Civil Municipal de 2ª Classe, Guarda Civil Municipal de 1ª Classe, Guarda Civil Municipal de Classe Especial, Guarda Civil Municipal de Classe Distinta. Esta hierarquia funcional é necessária para a padronização da GCM de Votorantim com as demais corporações de outras cidades, evitando problemas operacionais e administrativos no tratamento corporativo e de responsabilidade/competências funcionais.

Justificativa do art. 28, inciso III: Altera-se a idade máxima para a incorporação dos novos integrantes a GCM de Votorantim para 35 anos, padronizando-se com os critérios da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, a maior corporação do Estado de São Paulo e uma das maiores do Brasil.

Justificativa do art. 31 ao 32: Propõe o ingresso a GCM de Votorantim por carreira única, por meio do cargo de menor nível hierárquico (2ª Classe). Estabelece a progressão vertical funcional aos demais cargos, tal como os critérios para o preenchimento de cada cargo, além daqueles já descritos para o ingresso. A progressão ocorrerá por meio de antiguidade e também por concurso interno.

Justificativa do art. 34: Alterar os cargos de Comandante e Subcomandante da condição de cargos comissionados, considerando que estes cargos deverão ser designados exclusivamente por servidores da GCM, conforme art. 15 da Lei Federal nº 13022/2014.

Justificativa art. 35: Extingue-se o cargo designado de Inspetor de Telecomunicação (10 cargos), por ser um cargo em que suas funções são intrínsecas, utilizadas e necessárias a todos servidores da corporação. Extingue-se o cargo designado de Inspetor Chefe (15 cargos), cujas funções serão exercidas pelos atuais Inspetores de carreira. Contribuindo para a redução de um custo desnecessário ao poder público e prezando pela economia pública.

Justificativa art. 36: Descreve a quantidade máxima de integrantes da corporação, que não pode ser superior a descrita no art. 6º da Lei Federal nº 13022/2014.

Justificativa art. 37: regulamenta o contingente feminino mínimo na corporação, conforme § 2º, art. 5º da Lei Federal nº 13022/2014.

Justificativa art. 40: destina a linha telefônica nº 153 para atendimento ao público, conforme art. 17. Da Lei Federal nº 13022/2014, no qual já foi providenciada com a Concessionária Telefônica que presta serviços a Prefeitura municipal de Votorantim.

Justificativa art. 42: revoga-se os artigos que tiveram suas definições alteradas por este projeto de lei, evitando retóricas legais.

Justificativa art. 43: reconsiderar o direito do servidor estatutário a faltas abonadas, conforme legislação municipal, sendo que os servidores da Guarda Civil Municipal não gozam deste direito.

Justificativa art. 44 revoga-se o decreto municipal nº 4692/2014, o qual instituiu a Corregedoria da GCM, considerando que esta Corregedoria está sendo criada neste projeto de lei, alterando demais disposições necessárias para seu efetivo e legal funcionamento.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

Justificativa art. 45: altera o termo inerente a todos os integrantes da corporação, tratados como apenas “Inspetores da GCM”, no qual englobará a todos os cargos da corporação, com a alteração do plano de carreira da GCM de Votorantim.

Pelas razões expostas e considerando o relevante interesse público que a matéria envolve, solicitamos que a proposta seja processada e votada nos termos do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

Respeitosamente,

FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Ao Senhor

BRUNO MARTINS DE ALMEIDA

DD. Presidente da Câmara Municipal de
Votorantim-SP.

FLC/laa